

CAPITALISMO INDIGNO, AUTORITARISMO E RACISMO: sobre a elite empresarial brasileira

*Fabício Maciel**

Neste artigo, procuro mostrar como um novo tipo de capitalismo indigno, autoritário e racista se estrutura, em escala global, a partir da década de 1970. Para tanto, na primeira parte, recorro a obra de alguns dos principais analistas do capitalismo no Atlântico Norte, como Claus Offe, André Gorz, Ulrich Beck e Robert Castel. Na segunda parte, tento mostrar como, no Brasil, o capitalismo sempre foi indigno, o que pode ser visto na obra de autores como Joaquim Nabuco, Florestan Fernandes e Jessé Souza. Por fim, a partir de pesquisa empírica que realizamos com executivos no estado do Rio de Janeiro, veremos como esta elite empresarial reproduz, em sua visão de mundo autoritária e racista sobre diversos aspectos da sociedade brasileira, este tipo de capitalismo que tende a naturalizar o desvalor da vida humana como um todo, e especialmente no que diz respeito às classes populares.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo indigno. Autoritarismo. Racismo. Executivos. Classes sociais.

A ascensão, em escala global, desde a década de 1970, de um capitalismo indigno, autoritário e racista é uma das características centrais de nosso tempo. Como *indigno*, compreendo a forma típica de capitalismo que se especializou em naturalizar o desvalor da vida humana, e isso mais precisamente no que diz respeito às classes populares (Maciel, 2024). Na dimensão da precariedade, uma vasta literatura, brasileira e internacional, tem mostrado como as más condições de trabalho e o aumento da vulnerabilidade social vêm tomando dimensões sem precedentes nas últimas décadas (Antunes, 2018; Dörre, 2022; Estanque, 2015). No plano da moralidade da vida social, a indignidade das relações de trabalho tem aprofundado formas de humilhação e de negação de reconhecimento na nova dinâmica da economia de mercado (Honneth, 2015).

Neste complexo cenário, o autoritarismo e o racismo, tanto nas relações microssociais

da vida cotidiana, quanto nas institucionais ou formais, no interior das empresas ou na gestão estatal, têm se mostrado como nunca enquanto sendo as *duas pernas*¹ sobre as quais caminha e sempre caminhou a sociedade capitalista em todas as suas configurações. No plano mais específico do campo político, uma espécie de autoritarismo pós-globalização tem se mostrado como a grande novidade, apresentando características comuns em todos os países nos quais aflorou. Por outro lado, o racismo estrutural (Almeida, 2019),² em todas as suas manifestações, tem se apresentado como um dos efeitos mais nefastos das profundas transformações econômicas e sociais pelas quais vem passando o capitalismo global nas últimas décadas.

Neste artigo, explorarei a hipótese de que o capitalismo global contemporâneo, além de indigno, é também autoritário e racial. Chegamos a essa hipótese a partir de alguns resultados de uma pesquisa que estamos realizando com executivos brasileiros de diversos níveis e

* Universidade Federal Fluminense (UFF). Campus Campos. Av. XV de Novembro, s/n, Pq. Conselheiro Tomaz Coelho. Cep: 28035-100. Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro – Brasil. macielfabricao@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4553-6223>

¹ Tomo aqui emprestada a excelente metáfora de Michael Burawoy (2024).

² Para Sílvia Almeida, o racismo estrutural não é simplesmente uma “patologia”, mas sim a expressão mais verdadeira das sociedades atuais.

setores, atuantes em empresas sediadas no estado do Rio de Janeiro, desde 2017. Tanto sua origem social, quanto seu estilo de vida e seus posicionamentos políticos atestam essa afirmação, tendo sido estes os três eixos de nossa pesquisa.

Para tanto, dividirei o artigo em três partes. Primeiro, analisarei como a ascensão desse novo tipo de capitalismo se apresenta enquanto uma realidade incontornável de nosso tempo. Depois, buscarei reconstruir um breve histórico da especificidade desse tipo de capitalismo no caso brasileiro. Como veremos, em nosso caso, o capitalismo sempre foi, em grande medida, indigno. Por fim, apresentarei elementos de nossa pesquisa com parte da elite empresarial brasileira, de modo a deixar claro como sua condição de classe, seu *habitus* e mentalidade são inerentemente autoritários e racistas, sendo estes essenciais para a reprodução da desigualdade entre nós.

A ASCENSÃO GLOBAL DE UM CAPITALISMO INDIGNO, AUTORITÁRIO E RACISTA

O surgimento de um novo tipo de capitalismo, em escala global, a partir da crise estrutural do capital na década de 1970, é consenso para grande parte da literatura sobre o tema, tanto brasileira quanto internacional. Para autores europeus, como Claus Offe, Ulrich Beck, André Gorz e Robert Castel, entre outros, é naquela década que o Atlântico Norte vai presenciar o início da fragmentação do Welfare State, o modelo de bem-estar social construído a partir da Segunda Guerra Mundial e apresentado para o mundo como o melhor tipo de sociedade possível, diante da ameaça de expansão socialista em escala global. O Welfare State prometia, assim, estabilidade econômica, política e social, ou seja, uma sociedade de capitalismo social quase perfeita.

Com o fracasso dessa promessa, presenciemos uma espécie de alarde apocalíptico em boa parte das ciências sociais no Atlântico

Norte, que vai se apressar em declarar, diante de uma série de mudanças estruturais naquele contexto, o fim das sociedades de classe e do conceito de trabalho enquanto categoria central de análise do mundo social. Ulrich Beck, por exemplo, um dos analistas mais aguçados de seu tempo, vai afirmar que o conceito de classe, agora, se resume a uma categoria zumbi, de caráter descritivo, não dando mais conta da complexidade de sua época, que ele então vai definir como sendo marcada por uma *sociedade de risco* (Beck, 1986). Nesse sentido, as sociedades ocidentais, agora definidas por ele também como uma segunda modernidade, produziram muito mais riscos do que desigualdades, diferente da primeira modernidade, que teve a produção da desigualdade como seu aspecto central.

Claus Offe (1991), por sua vez, vai declarar o fim da centralidade do trabalho na teoria social, diante do surgimento de outras categorias analíticas, como as identidades e os movimentos sociais, demarcando assim o que ele definiu como capitalismo desorganizado. André Gorz (1982), em contrapartida, vai fazer uma dura crítica ao marxismo em seu conhecido livro *Adeus ao proletariado*, no qual afirma que, diante da profunda crise estrutural do capital, a classe trabalhadora não teria mais condições de ser o principal agente da mudança social de seu tempo. Ao longo de sua obra mais tardia, Gorz (2004) vai desenvolver sua teoria da sociedade do conhecimento, com a qual ele vai sustentar que, nesse novo tipo de capitalismo, o conhecimento científico, tecnológico e especializado seria a principal força produtiva, em lugar do trabalho, em um sentido marxista mais tradicional. Com isso, Gorz chega a desenvolver uma ontologia do imaterial, em lugar da ontologia do trabalho marxista.

No cenário francês, Robert Castel (1998) vai realizar sua conhecida análise sobre o que ele define como o ocaso da sociedade salarial. Diferente dos demais, Castel não abandona a centralidade do trabalho na teoria social dominante do Atlântico Norte, mas procura

reinterpretar o dilema de seu tempo de outra maneira. Para ele, um salário fixo e garantido era o principal elo social, político e econômico de uma sociedade de estado de bem-estar. Com sua ruptura, teríamos uma espécie de fragmentação e de aumento da precariedade sem precedentes no contexto europeu moderno. Assim, Castel vai afirmar que o principal problema, ou seja, a principal questão social de sua época, seria o advento inédito na Europa de um processo de desfiliação social, o que significa que o mercado agora expurga um número cada vez maior de trabalhadores, sem criar condições para sua reinserção, além de não dar conta de incluir um número crescente de jovens que precisam ingressar pela primeira vez no mercado de trabalho.

Diante disso, fica claro que, a partir da grande crise estrutural do capital, diversos autores europeus começam a entender, com destaque para Castel, a verdadeira lógica intrínseca do capitalismo, que é a produção sistemática de exclusão de um número cada vez maior de pessoas, onde quer que exista capitalismo. Na verdade, o centro do capitalismo começa agora a vivenciar a realidade que sempre esteve presente em países periféricos como o Brasil, ou seja, a produção de uma *ralé estrutural*, como definiu Jessé Souza (2009), ou o aumento do *precarizado*, como prefere Ruy Braga (2012) no cenário brasileiro e Guy Standing (2013), no cenário europeu. Castel (1998) vai batizar também como *sobrantes* esta nova fração da classe trabalhadora não incluída ou subincluída no novo sistema de trabalho, cada vez mais fragmentado. No contexto norte-americano, Richard Sennett (2006) vai definir esse mesmo grupo de pessoas como sendo *descartáveis* do mercado de trabalho, cada vez mais flexível.

Com isso, presenciamos de maneira inédita na história moderna a produção sistemática de uma *ralé global* no capitalismo contemporâneo (Maciel, 2021). O surgimento dessa nova classe, que também podemos chamar de um *precarizado globalizado*, é sem dúvida uma das principais questões sociais de nosso tem-

po.³ Isto porque a produção de uma *ralé* ou uma subclasse, que Jessé Souza (2009) vai definir como portadora de uma subcidadania, sempre foi uma realidade nos países periféricos do capitalismo moderno. Sua produção, em escala inédita, entretanto, nos países centrais, neste novo cenário pós-Welfare State, se apresenta como a grande novidade do capitalismo atual. Essa afirmação se ampara no fato de que, até o período do Welfare State, acreditava-se que o capitalismo poderia produzir algum tipo de sociedade justa, igualitária e tolerante. Desde o momento em que fica claro, entretanto, a produção sistemática de uma *ralé* estrutural, também no centro, e isso a partir da dinâmica nacional própria dessas sociedades, articuladas a dinâmica global do sistema, o mito do Welfare State cai por terra. Com isso, não restam dúvidas de que o capitalismo produzirá os seus sobrantes em qualquer sociedade na qual ele seja o modo de produção básico, além de um estilo de vida dominante.

Não por acaso, mais uma vez recorrendo à pena precisa de Ulrich Beck, presenciamos agora um processo inevitável, em escala global, de *brasilização do Ocidente* (Beck, 2007). No contexto dos anos de 1990, o proeminente sociólogo alemão ficou impressionado com a dimensão estrutural do trabalho precário no Brasil, o que o levou a declarar veementemente que, nesse contexto periférico, poderia ser visto o futuro tanto da Alemanha, ainda orgulhosa de seu Welfare State já decadente, quanto da Europa como um todo. De maneira quase profética, o que o autor estava percebendo era a dinâmica intrínseca do capitalismo e sua lógica inevitável de produção de excluídos de maneira sistemática como um processo em expansão e inevitável, o que necessariamente afetaria todos os países centrais, os quais permaneceram em grande medida protegidos, até os anos de 1970, das realizações negativas do capitalismo global.

³ Ruy Braga apresenta um belo quadro da resistência anticapitalista do precariado global em seu instigante livro *A rebelião do precariado* (Boitempo, 2017).

Neste cenário geral, presenciamos um processo que pode ser definido como uma *generalização da precariedade*, tanto das relações como das condições de trabalho no mundo inteiro (Maciel, 2021). Os conceitos de trabalho precário e de precariedade, entretanto, normalmente descrevem situações de trabalho que são sem dúvida ruins e que têm apenas piorado nas últimas décadas, o que inclui o desmonte gradativo de direitos. Entretanto, esses conceitos não tematizam as dimensões morais e simbólicas do mundo do trabalho, tão importantes para essa análise quanto as dimensões materiais da economia política. Nesse sentido, o conceito de trabalho indigno (Maciel, 2021) pode ser de grande valia. Com ele, procuro tematizar o tipo de trabalho que não proporciona o mínimo de respeito, reconhecimento e segurança ontológica exigidos de cada indivíduo pela moralidade moderna. Como moralidade, seguindo Axel Honneth (2015), podemos compreender o conjunto de interações éticas que precedem as trocas econômicas no mercado, atribuindo assim sentido às relações de trabalho e entre as classes em sua dinâmica contemporânea. Essa dinâmica é fundamental para entendermos, mais a frente, como a condição de privilégio da elite empresarial relaciona-se diretamente com a construção e a perpetuação de um capitalismo indigno, marcado por uma relação entre as classes igualmente indigna.

Nesse sentido, uma hipótese central que será explorada neste texto é que a construção de um capitalismo indigno, que é também precário, no sentido geral atribuído a esse termo, é ao mesmo tempo um processo no qual o capitalismo contemporâneo, desde a década de 1970, se torna cada vez mais autoritário e racista. Diante do aumento, em escala global, de um tipo de autoritarismo pós-globalização, tanto em suas conformações institucionais quanto no sentimento geral da população, ao lado do aprofundamento evidente do racismo nos quatro cantos do mundo, essa hipótese torna-se não apenas plausível, mas inevitável. De

modo a compreender esse fortalecimento de pensamentos, sentimentos e ações autoritárias e racistas no mundo atual, não se pode ignorar o aprofundamento da precariedade e da indignidade em escala global.

Para Klaus Dörre (2018), por exemplo, que investiga há anos a relação entre precariedade e autoritarismo, o aprofundamento da precariedade no trabalho tem servido de base para o medo, a insegurança e a angústia de grande parte da população, diante do cenário crescente de instabilidade econômica e política que se instaura tanto na Alemanha quanto na Europa. Seguindo Arlie Hochschild (2018), que avaliou essa mesma situação nos Estados Unidos, Dörre vai utilizar a metáfora da *fila de espera*, de modo a tematizar este cenário de angústia e insegurança crescente, relacionado a uma sensação de perda e saudosismo em relação a um mundo anterior de estabilidade nos países centrais, que parece ter se exaurido sem possibilidades de retorno. Esse tipo de sentimento tem sido para muitos autores a base para a adesão a movimentos autoritários que são, em sua essência, também racistas, sendo que o conteúdo desse racismo possui variações de acordo com cada continente e país.

Nesse sentido, o sociólogo alemão Wilhelm Heitmeyer (2018), especialista no tema há muitos anos, vai ressaltar que a sensação de perda de controle e a desconfiança geral nas instituições serão algumas das bases principais do que ele define como um nacionalismo radical de direita, que vai embasar partidos de extrema-direita como o *Alternative für Deutschland*⁴ (AfD) e movimentos como o *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes*⁵ (Pegida), na Alemanha, entre outros semelhantes na Europa e em outras partes do mundo. Nos casos alemão e europeu, o conteúdo do racismo desses tipos de movimentos e partidos direciona-se muito mais contra o imigrante não europeu ou, em alguns cenários,

⁴ Em português, Alternativa para a Alemanha.

⁵ Em português, Patriotas europeus contra a islamização do Ocidente.

do leste europeu pauperizado, que agora disputa espaço com os europeus nativos da classe trabalhadora, provocando ideais fortemente excludentes como o fechamento da Europa e o sentimento de aversão contra povos, etnias e culturas diferentes, o que se exemplifica bem na intolerância crescente contra a cultura árabe e a religião islâmica.

Em contrapartida, Ruy Braga (2023) discorda da tese do *ódio branco*, neste contexto, segundo a qual o aumento da precariedade empurraria quase que necessariamente a classe trabalhadora para a adesão a sentimentos e movimentos autoritários e racistas. A partir de um interessante estudo de caso na região dos montes Apalaches, nos Estados Unidos, o autor demonstra que a classe trabalhadora, ainda que precarizada, em muitas situações vai desenvolver muito mais solidariedade do que ódio ou intolerância. No contexto específico analisado pelo autor, inclusive, frações precarizadas tanto brancas quanto racializadas da classe trabalhadora americana vão se aproximar solidariamente, inclusive fortalecendo ações sindicais específicas. O ponto em questão é que a teoria social não deve naturalizar a relação entre precariedade, sentimentos de ódio e exclusão, ainda que, em muitos cenários, esse seja o caso, como constatado por Dörre, Hochschild e Heitmeyer.

De todo modo, o que todas essas perspectivas, ainda que discordem em pontos específicos, estão perseguindo é o importante elo contemporâneo entre precariedade, autoritarismo e racismo. Gostaria de acrescentar aqui a dimensão da indignidade nessa busca de articulação teórica e empírica. A questão da indignidade das classes pauperizadas, em países periféricos como o Brasil, não é novidade, conforme análise de Jessé Souza (2009). Entretanto, sua chegada e aumento permanente em países centrais, como Alemanha, França e Inglaterra, se torna agora uma realidade sem precedentes. Com isso, o elo entre precariedade, indignidade, autoritarismo e racismo se mostra quando, por exemplo, percebemos em

um país como a Alemanha a ameaça de que boa parte de seus cidadãos, estrangeiros e alemães, passam agora a correr o risco real de não ter o mínimo material e imaterial que garanta a sua dignidade. Como mostrou Klaus Dörre (2018), a precariedade, nesse sentido, tem sido um dos principais combustíveis a alimentar o que Heitmeyer (2018) chamou provocativamente de *tentações autoritárias* e ao mesmo tempo racistas.

Nesse cenário, outro aspecto fundamental para a reprodução do capitalismo atual é o poder sem precedentes que as classes dominantes adquirem, diante do aumento da precariedade e da indignidade de modo geral. A desigualdade entre as classes, o empobrecimento da classe média e o enriquecimento sem precedentes de uma elite global são hoje uma realidade incontornável. Nesse ponto, a análise clássica de Wright Mills (1975) se mostra como sendo ainda de grande valia. Para ele, a elite define-se sobretudo pela ocupação dos postos estratégicos de poder e comando nas principais esferas sociais da sociedade moderna, a saber, o Estado, o mercado e a esfera militar. Para os interesses de nossa análise, a esfera do mercado é a mais importante, onde encontraremos o que Mills chamava de altos executivos.

Em complemento, alguns setores médios de funções executivas foram situados por Mills (1976) no que ele definia como sendo a nova classe média dos *colarinhos brancos*. De todo modo, o ponto importante é a função que esses *managers* de diversos níveis exercem na reprodução do capitalismo indigno, como veremos. Foram Boltanski e Chiapello (2009), entretanto, que melhor definiram a função dessa elite empresarial no capitalismo contemporâneo, em seu clássico estudo sobre o novo espírito do capitalismo. Ao compararem a mentalidade de executivos dos anos de 1960 e 1990, através de literatura empresarial destinada aos mesmos, os autores puderam constatar no geral que a função dos executivos é conduzir o capitalismo em toda a especificidade de seu tempo. Daí a importância de compreendermos

quem eles são e como pensam atualmente. Como veremos, sua atuação e mentalidade são fundamentais para entendermos a construção e perpetuação desse novo capitalismo autoritário e racial.

Por fim, Grégoire Chamayou (2020) vai tematizar o que seria uma espécie de neoliberalismo autoritário, no qual os executivos exercem papel central, operando inclusive uma revolução gerencial opressora de cima para baixo. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) vão mostrar como uma subjetividade neoliberal se estrutura no mundo desde então, de modo que os efeitos do neoliberalismo venham a afetar a existência individual em suas dimensões mais profundas. Não é outra coisa o que vai perceber Richard Sennett (2006) com sua conhecida análise sobre a corrosão do caráter no tipo capitalismo que ele denomina como flexível. Considerando o papel que os executivos exercem na construção da desigualdade atual, veremos como sua mentalidade ultrameritocrática será decisiva na reprodução desse tipo predatório de capitalismo no cenário brasileiro, aprofundando, com isso, sua histórica característica de produção da desigualdade estrutural. Mas antes, faremos um breve histórico sobre a relação entre capitalismo, autoritarismo e racismo no Brasil, tendo como pano de fundo a especificidade de nossa precariedade e indignidade estrutural.

CAPITALISMO INDIGNO, AUTORITARISMO E RACISMO NO BRASIL

De modo a compreender o papel que a elite empresarial brasileira exerce na construção e perpetuação de nossa desigualdade, a partir de sua condição privilegiada de classe, o que se reflete em suas posições e opiniões políticas, é preciso primeiramente realizar uma reconstrução de como o capitalismo indigno se estrutura entre nós, o que significa compreender nosso sistema de trabalho profundamente desigual. Para tanto, faz-se necessário retornar às origens do sistema produtivo brasileiro,

fundamentado essencialmente na escravidão. Nesse sentido, a obra de Joaquim Nabuco pode ser um bom ponto de partida, considerando a profundidade de sua análise sobre o Brasil do século XIX.

Em seu clássico livro *O Abolicionismo* (Nabuco, 1999), o autor realiza aquela que certamente é uma das principais análises sobre a formação social brasileira, bem antes de clássicos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que escreveram suas interpretações do Brasil várias décadas depois. O livro é ao mesmo tempo um tratado político, ou seja, um chamado para a ação, e uma brilhante análise sobre os fundamentos profundos e a especificidade da escravidão no Brasil. Nesse sentido, Nabuco percebeu com maestria que a escravidão era, além de um sistema produtivo, um sistema moral, que legitimava a condição de uma elite exploradora e acomodada, sem visão de progresso, que mantinha escravizada uma massa reduzida a uma total condição de indignidade (Maciel, 2020). Desse modo, o início do capitalismo brasileiro é fundamentado em uma condição colonial de profunda expropriação política, econômica e moral, subjugada a uma divisão internacional do trabalho profundamente desigual, ao mesmo tempo em que desenvolve internamente uma condição de indignidade estrutural, que deixará suas marcas ao longo do tempo.

Para Nabuco, nesse sentido, a superação dessa condição de rebaixamento moral dependeria da compreensão de que toda a nação se encontrava estruturada pela indignidade, na medida em que negava emancipação a maioria das pessoas pertencentes a ela. Com isso, Nabuco (1999) vai afirmar existir no Brasil apenas uma *camada superficial de civilização*, que seria superada apenas com um completo processo de abolição, o que atribuiria finalmente liberdade a todos os membros da nação. Com efeito, Nabuco também foi um dos primeiros autores que desenvolveu uma contundente teoria sobre a relação entre raça e classe no Brasil, além de uma compreensão profunda

sobre o sistema de trabalho escravocrata e os caminhos para sua superação. Nesse sentido, raça e classe aparecem na obra do autor como um só construto teórico e empírico, considerando que a dominação da *raça* branca sobre as demais era, ao mesmo tempo, a dominação de uma elite, ou seja, uma classe social, sobre as demais classes, ou subclasses, racializadas e reduzidas a uma condição a um só tempo de classe e racial indigna. Com isso, Nabuco apresenta uma base teórica indispensável para a compreensão do que seriam os fundamentos sociais, econômicos e morais do capitalismo indigno no Brasil. A questão econômica, com efeito, também se apresenta de maneira fundamental, considerando que o rebaixamento político e moral da nação sustentava um sistema que se mostrou, com o tempo, improdutivo.

Entretanto, Florestan Fernandes é o autor que nos mostra como, na transição de uma sociedade do trabalho servil e forçado para uma sociedade do trabalho livre e voluntário, é o momento no qual encontraremos os fundamentos do moderno capitalismo indigno no Brasil. Em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 2021), o autor vai mostrar que o grande problema da fundação da moderna sociedade do trabalho no Brasil é exatamente o abandono sistemático de sua principal força de trabalho, ou seja, a população negra, à sua própria sorte. Com precisão, Florestan afirma que, na medida em que nem os ex-senhores, nem o Estado, nem a Igreja ou nenhuma outra instituição assumiu a responsabilidade de preparar os ex-escravizados para a inserção no novo sistema, esse processo histórico vai imprimir à abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel.

Com isso, a opção deixada aos ex-escravizados era a de escolher entre a reabsorção no sistema de produção em condições essencialmente iguais às anteriores ou a degradação de sua condição econômica, incorporando-se à massa de desocupados e semicupados da economia de subsistência de seu lugar de origem ou de outras regiões. Assim, presencia-

mos nitidamente a origem social da ralé-precariado no Brasil moderno. Em complemento, Florestan argumenta que, tanto a legislação, quanto os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade permaneceram indiferentes e inertes em relação ao novo drama material e moral da sociedade brasileira, que sempre foi de alguma forma reconhecido e previsto. Assim, a análise de Florestan se afina com a de Nabuco, no sentido de que, nos dois momentos históricos, a construção social da indignidade no Brasil é resultado de um posicionamento político geral de não enfrentamento da condição de vulnerabilidade que, da situação de escravizado, agora avança para a de sujeito livre desqualificado para o trabalho moderno. Dessa forma, vemos em Florestan o início do estabelecimento do moderno capitalismo indigno no Brasil, considerando seu ambiente geral de naturalização do desvalor da vida humana da maioria da população negra e pauperizada.

Florestan mostra ainda que, com o crescimento econômico nos finais do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos. No geral, as próprias condições psicossociais e econômicas que cercaram a emergência da ordem social competitiva tornaram a situação imprópria e até mesmo perigosa para a massa de libertos. Ademais, as deformações introduzidas em suas vidas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento ao novo regime, impedindo-os de tirar proveito de novas oportunidades. Nesse ponto, segundo a leitura de Jessé Souza (2009), vemos o início do que este último vai definir como um *habitus* precário das classes populares no Brasil, em seu contexto moderno.

Florestan avança mostrando que, diante da ausência de uma impulsão coletiva que induzisse os brancos a entenderem a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o negro, tanto como pessoa quanto como coletividade, nessa fase de

transição, viver na cidade passou a ser sinônimo de condenar-se a uma existência ambígua e marginal. Em suma, a sociedade brasileira abandonou os negros ao seu próprio destino, deixando a eles a responsabilidade de se reeducar e transformar para atender aos novos padrões e ideais de humanidade criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do próprio capitalismo. Vemos aqui nitidamente os fundamentos do moderno capitalismo indigno no Brasil.

No que diz respeito ao autoritarismo brasileiro, a segunda *perna* sobre a qual caminha o nosso capitalismo indigno, ao lado do racismo, a hoje controversa e quase proibida obra de Gilberto Freyre já mostrava os fundamentos profundos do nosso *mandonismo*, atrelado a um racismo e sexismo estruturais. Uma releitura de *Casa Grande & Senzala* (Freyre, 2004), imunizada após as críticas sobre o mito da democracia racial e o acasalamento dos conflitos, bem como após as atuais críticas sobre um suposto e evidente racismo em Freyre, pode perceber sua profunda descrição de uma elite abusiva da casa grande sobre a massa de escravizados. A despeito de posições explicitamente conservadoras de Freyre sobre a sociedade brasileira ao longo do tempo, sua detalhada descrição em inúmeras passagens de *Casa Grande & Senzala* sobre o masoquismo sem limites da elite brasileira já denunciava uma sociedade profundamente autoritária e racista, apesar da ambiguidade geral da obra em inúmeros aspectos. Nesse sentido, o *mandonismo* e o *sadismo* são duas bases fundamentais da construção da indignidade.

Na mesma direção, a clássica figura do *homem cordial* em Sérgio Buarque de Holanda (1999) também apontava para o tipo ideal de comportamento brasileiro que, para além das aparências, seria essencialmente autoritário. Posteriormente, Roberto DaMatta (1978) vai retomar a crítica ao *mandonismo* brasileiro, apontando para o rito do *you sabe com quem está falando?* como demonstração maior de uma sociedade profundamente autoritária.

Por ocasião das celebrações dos 500 anos do Brasil, Marilena Chaui (2000) vai escrever um provocativo ensaio, intitulado *Brasil, mito de origem e sociedade autoritária*, no qual segue a mesma linha de crítica ao que seria a base do autoritarismo brasileiro apontando, por exemplo, para a forma como os símbolos nacionais da brasilidade sempre foram mobilizados em momentos cruciais de nossa história.⁶

Jessé Souza (2000), posteriormente, desenvolveu uma contundente crítica ao que ele chama de *sociologia da inautenticidade* brasileira. Fazendo uma releitura produtiva das obras de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, Souza foca sua crítica especialmente em Sérgio Buarque, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta, como sendo os principais representantes de uma interpretação personalista/patrimonialista do Brasil. Nesse sentido, o percurso traçado por Souza ao longo de vários anos é interessante para essa discussão em vários aspectos. Primeiramente, porque ele vai tentar demonstrar que o Brasil é de fato uma sociedade profundamente autoritária e racista, mas por razões distintas daquelas alegadas pela tradição de pensamento do personalismo/patrimonialismo. Para Souza, as razões de nosso autoritarismo e racismo, o que explicaria também nossa profunda desigualdade estrutural, seriam essencialmente modernas, determinadas pelos imperativos morais das instituições e valores modernos, que adentram o Brasil desde o século XIX, como poderia ser visto em *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre. Isso contraria a tese da herança atávica de uma suposta cultura ibérica que, até os dias atuais, deixaria suas marcas na sociabilidade e no comportamento geral dos brasileiros.

Mais recentemente, Souza realizou uma importante atualização em sua perspectiva teórica, mostrando como nossa herança escravocrata, e não ibérica, é o que seria o verdadeiro

⁶ Não por acaso, a extrema direita se apropriou de símbolos como as cores verde e amarela, bem como a camisa da seleção brasileira, na conjuntura política recente. O ponto em questão é a maneira como o ideal da “brasilidade” foi mobilizado em vários momentos históricos para legitimar movimentos autoritários.

berço da sociabilidade brasileira moderna, o que pode ser visto especialmente em seus livros *A elite do atraso* (2017) e *Como o racismo criou o Brasil* (2021). No primeiro, o autor argumenta que um certo racismo de boa parte de nossos intelectuais, revestido em culturalismo, não permite enxergarmos a verdadeira razão da construção de nossa desigualdade de classes, cujo principal produto seria a criação de uma *nova ralé de escravos* como continuação da escravidão no Brasil moderno. Assim, o tema central do livro reside no fato de que a elite brasileira teria forjado, ao longo de décadas, um pacto antipopular, que legitima todo nosso autoritarismo e racismo, a começar pela própria elite e contando com o apoio passivo da classe média. Esse pacto é o que explicaria a ação distorcida e controversa da Operação Lava Jato, por exemplo, e todas as suas conhecidas consequências. Com isso, o moralismo patrimonialista e a crítica distorcida ao populismo seriam o núcleo ideológico mais profundo do pacto antipopular da elite do atraso, uma elite historicamente senhorial e racista.

No outro livro, *Como o racismo criou o Brasil*, Souza procura desenvolver sua tese acerca de um racismo multidimensional, existente na sociedade moderna como um todo. Para ele, não existe no mundo contemporâneo apenas o *racismo racial*, mas também outras formas de racismo, como o cultural, o de classe e até mesmo o de gênero. Isso porque, para o autor, a definição de racismo consiste em compreender a diferença ontológica construída entre dois tipos de seres humanos, impondo que um seja naturalmente superior a outro – brancos diante de negros, culturas dos países centrais em relação a dos periféricos, classes dominantes e dominadas, homens e mulheres etc.

Com isso, Souza avança significativamente com sua tese global sobre a desigualdade, nos permitindo aqui também alguns passos importantes. Nesse sentido, pode ser produtiva a articulação entre a compreensão de uma elite brasileira historicamente autoritária com uma noção de racismo que se remete a natu-

ralização das diversas formas de desigualdade na sociedade brasileira. No caso que nos interessa aqui, como veremos nas falas de executivos brasileiros, no próximo tópico, trata-se de compreender o racismo multidimensional e a meritocracia autoritária predominante na mentalidade de boa parte da elite empresarial brasileira. Ademais, também é de fundamental importância compreender como essas duas dimensões do pensamento e da ação social funcionam de maneira intrinsecamente articulada na prática da vida social, sedimentando as bases do capitalismo indigno no Brasil.

AUTORITARISMO E RACISMO NA ELITE EMPRESARIAL BRASILEIRA

Nessa parte final, reconstruirei alguns dos resultados de uma pesquisa com executivos brasileiros de diversos níveis e setores, que venho realizando com colaboradores desde 2017 no estado do Rio de Janeiro. Com isso, a partir da discussão acima e de alguns resultados centrais da pesquisa, procurarei mostrar como uma elite empresarial autoritária e racista reproduz sistematicamente uma visão de mundo ultra meritocrática, o que apresenta coerência com sua origem de classe, seu estilo de vida e seus posicionamentos políticos. Veremos também como esse autoritarismo intrínseco e racista dessa elite reproduz no geral uma concepção de capitalismo que tenho definido como indigno.

Para tanto, recorrerei aqui a diversas fontes da pesquisa, considerando a divisão de trabalho realizada e o produto final desta.⁷ Em 2018, ano da eleição de Jair Bolsonaro, aplicamos 40 questionários *on-line*, através do Google Formulários, nos quais procuramos mapear um perfil aprofundado dos executivos atuantes em grandes empresas, públicas e privadas, no estado do Rio. Nosso objetivo não foi rea-

⁷ Os principais resultados da pesquisa foram publicados no e-book *A ficção meritocrática: executivos brasileiros e o novo capitalismo* (Maciel, 2022).

lizar um estudo de caso em alguma empresa específica, mas sim ter uma visão mais ampla do nosso objeto.⁸ Para tanto, o questionário buscou mapear a origem social, trajetória profissional e escolar, estilo de vida e posicionamento político desses executivos.

Com isso, um primeiro resultado que logo saltou aos olhos, no que diz respeito à discussão realizada por esse texto, é que a maioria dos respondentes do questionário é nascida no que eles mesmos definem como *alta classe média brasileira*,⁹ além de se identificarem como brancos e serem homens de meia-idade. Assim, esse dado empírico nos apresenta de imediato raça, classe e gênero como intimamente articuladas na realidade social brasileira. Esse perfil bem definido vai reproduzir uma espécie de *habitus corporativo*, considerando que a maioria de seus pais foram empresários ou profissionais liberais, transmitindo aos filhos um *habitus* de classe dominante e gerencial, com habilidades para atuar como lideranças no mundo corporativo, o que pudemos ver em várias de suas falas.

Encontramos, no geral, um *racismo de classe* em nossos *managers*, considerando que boa parte de suas opiniões, explícitas em sua visão sobre o Estado, o mercado e a sociedade brasileira como um todo apontam ao mesmo tempo para um racismo racial e um preconceito de origem, sendo que ambos funcionam de

maneira articulada, compondo um conjunto de ideologias fortemente meritocráticas e autoritárias. Na realidade, faz parte da própria essência do ideal meritocrático um conteúdo ao mesmo tempo racista e autoritário.

Na dimensão do estilo de vida, por exemplo, um dos resultados mais interessantes que encontramos deriva da análise das revistas *Forbes Brasil*, *Você S.A.* e *Exame*, que assinamos e acompanhamos assiduamente durante dois anos. Algo que pudemos constatar de imediato é que essas revistas, de conteúdo altamente meritocrático, reproduzem sistematicamente um forte racismo estético, publicando regularmente capas e matérias centrais que defendem um ideal de inclusão por parte das empresas, não constatado na prática quando investigamos a fundo o problema. Publicações contendo, por exemplo, figuras como Rachel Maia, mulher negra de mais destaque no alto escalão do mundo corporativo brasileiro, bem como enunciados defendendo a vez das pessoas trans e das mulheres, entre outros, demonstram a construção sistemática de um capitalismo de fachada, politicamente correto e supostamente atento a todas as questões sociais de nosso tempo.

Quando uma de nossas colaboradoras adentrou no campo, com sua pesquisa de mestrado, ela descobriu que a figura de Rachel Maia era sistematicamente utilizada, nos meios corporativos, de modo a afirmar sistematicamente que pessoas negras podem chegar ao topo do mundo empresarial (Passos; Maciel, 2022). Investigando a fundo uma das empresas de sua pesquisa, essa colaboradora descobriu a existência de um programa para CEOs, cursado por várias pessoas, mas que nunca teve um de seus egressos se tornado CEO de fato. Essa questão toca em aspectos essenciais de nossa pesquisa, pois a ascensão social democrática, menina dos olhos da ideologia empresarial, se mostrou como um dos grandes enganos do mundo corporativo brasileiro.

Outro colaborador descobriu, em sua pesquisa de doutorado, que boa parte da inserção social no alto escalão das empresas ocorre

⁸ Para tanto, selecionamos, a partir de um *ranking* anual divulgado pela revista *Exame*, as maiores empresas sediadas no estado do Rio de Janeiro, entre as 500 maiores do Brasil, em 2016 e 2017. A partir desse levantamento, buscamos contato com todos os executivos atuantes em tais empresas, sendo que, diante de mais ou menos 400 contatos buscados (por e-mail e telefone), tivemos o retorno de apenas 40, o que mostra a dificuldade de realização dessa pesquisa. Ao mesmo tempo, trata-se de uma amostra considerável, exatamente por conta da dificuldade de acesso a esse público-alvo.

⁹ Apesar de a maioria de nossos entrevistados definir sua origem desta maneira, estamos aqui conceituando este público-alvo como uma espécie de elite empresarial, por considerar que a maioria deles ocupa posições de poder no mundo corporativo, alguns deles no alto escalão, tomando, assim, decisões que afetam a todos os seus subordinados, bem como seus altos salários e benefícios, em comparação com a média da sociedade brasileira. Também podemos considerar, relacionalmente, essa alta classe média como uma *fração de baixo* da elite empresarial brasileira, levando em conta que a *fração de cima* é composta por altos herdeiros e investidores de capital.

através de uma robusta rede de contatos, adquirida apenas por causa de uma origem social privilegiada na alta classe média (Duarte; Maciel, 2022). Ao investigar o tema da qualificação entre os executivos, esse colaborador descobriu que a qualificação atribuída pelo *habitus* corporativo, atrelada ao capital social, é sobretudo uma qualificação *social*, e não apenas o resultado objetivo da aquisição de títulos e certificados. Ainda que esta sirva muitas vezes como uma espécie de chancela do mérito, o que define de fato, em muitos casos, uma boa inserção no mercado de trabalho qualificado é simplesmente a origem de classe, composta por um *habitus* preparado para o mercado e uma robusta rede de contatos no mundo empresarial.

De volta a nossa pesquisadora que adentrou no tema do racismo entre executivos, avançando com sua pesquisa, ela descobriu que, quando algumas pessoas negras, que não são muitas, conseguem subir na hierarquia empresarial, elas raramente alcançam o topo das empresas, chegando no máximo a cargos executivos médios (Passos; Maciel, 2023). Ademais, o que é mais importante, essas pessoas esbarram em todos os entraves e contradições do racismo institucional profundamente enraizado no mundo corporativo, precisando com isso, para serem aceitas, em muitos casos internalizar e reproduzir os ideais meritocráticos impostos pelo alto escalão empresarial. A própria Rachel Maia é exemplo vivo disso. Em várias falas dos entrevistados, pode-se perceber que eles não apenas reproduzem instrumentalmente, mas chegam mesmo a acreditar nos ideais meritocráticos profundamente construídos pelo capitalismo contemporâneo (Passos; Maciel, 2023). Aqui, podemos ver a coadunação social empírica na qual raça e classe se misturam, fazendo com que pessoas negras emergentes precisem de alguma forma *embranchecer*, ao aceitar o jogo meritocrático imposto de cima para baixo.

Ainda sobre os questionários aplicados em 2018, entre 40 pessoas, apenas uma respondeu ser negra, enquanto cinco responde-

ram serem mestiços ou pardos e quatro afirmaram apenas não ter nenhum tipo de preconceito. Os demais afirmaram serem brancos, o que nos apresenta nitidamente um retrato da fusão empírica entre raça e classe no Brasil. Ou seja, a elite corporativa é branca, o que reflete a cor da elite brasileira, a mesma analisada por Nabuco e Freyre em seus respectivos tempos. Esse dado empírico é fundamental para que possamos entender como essa classe-raça dominante vai reproduzir em suas posições políticas todos os racismos estruturais da sociedade brasileira, e especialmente o racismo racial, o racismo de classe e o racismo institucional. Atrelada a uma visão autoritária de mundo, que é essencialmente meritocrática, esse racismo multidimensional vai reproduzir, legitimar e naturalizar os imperativos morais e ideológicos do capitalismo indigno.

Não por acaso, quando perguntados sobre seu posicionamento político, a maioria respondeu ser de *centro*, posicionamento este ambíguo e que talvez reflita o momento político conturbado da eleição de 2018 – 30 questionários foram aplicados antes da eleição e dez, depois. Nesse sentido, poucas pessoas assumiram ser de direita, talvez por não desejarem ser identificadas com esse lado do espectro político naquele momento e apenas duas disseram ser de esquerda, o que reflete bem o panorama conservador do ambiente corporativo meritocrático.

Além disso, diante da questão sobre se seriam a favor ou contra os programas sociais no Brasil, a maioria respondeu ser a favor, mas com condicionalidades. Mais uma vez, a resposta é bastante interessante, pois o pensamento conservador, autoritário e movido por um racismo de classe nem sempre se mostra abertamente. Do contrário, a mentalidade meritocrática dos executivos evoca um aparente ideal de justiça ao defender condicionalidades, exigindo alguma contrapartida, ou seja, algum esforço, por parte dos beneficiados. Esse ideal ignora, entretanto, os pontos de partida diferenciados dos indivíduos, ou seja, em resumo,

sua origem de classe racializada, o que faz com que a elite empresarial, privilegiada desde o berço, reproduza a insensibilidade dominante do capitalismo indigno, naturalizando, assim, o desvalor das classes subalternas.

Na mesma linha, quando inquiridos sobre a reforma trabalhista realizada no Brasil recente, a grande maioria foi incondicionalmente a favor. Em todas as questões, deixamos também no questionário um espaço para as justificativas.¹⁰ Nessa questão, a maioria delas remeteu-se aos argumentos já conhecidos na esfera pública brasileira, que defendem em resumo um enxugamento do Estado e a dinamização do mercado, alegando que as antigas regras trabalhistas mais entravam do que favorecem o desenvolvimento do sistema, bem como dificultam a geração de emprego etc. Novamente, vemos aqui o teor altamente meritocrático e autoritário das respostas, considerando que tal ponto de vista ignora obviamente toda a desconstrução de direitos e ampliação da precariedade do trabalho operados pela reforma.¹¹

Com isso, precisamos entender, além do racismo de classe e institucional do mundo corporativo, o teor autoritário desse posicionamento político. Na medida em que ignora sistematicamente a devastação operada nas bases do mundo do trabalho, enclausurada nos círculos administrativos, a meritocracia executiva é a um só tempo racista e arbitrária. É preciso impor a qualquer custo o ideal meritocrático do trabalho duro àqueles que já vendem toda a sua força de trabalho superexpropriada ao mundo corporativo. Nada é mais indigno do que isso, significando a desvalorização moral, simbólica e política da classe trabalhadora como um todo. Nesse sentido, um dos principais recursos ideológicos do novo capitalismo flexível, analisado por autores como Richard Sennett (2006) e Boltanski & Chiapello (2009), é não mais impor tal ponto de vista, mas sim tentar angariar o engajamento voluntário e docilizado

nesse novo sistema de expropriação política, econômica, simbólica e moral. A verdade sobre o sistema, entretanto, surge com toda a nitidez nas falas de nossos entrevistados.

Diante da questão sobre se eram a favor ou contra a reforma da previdência, nenhuma surpresa, a maioria das respostas foi a favor, sustentando-se em argumentos semelhantes, que privilegiam uma visão depreciativa sobre o Estado, ao mesmo tempo em que valorizam o mercado como reino de todas as virtudes. Em consonância com isso, diante da pergunta: *you believe that anyone who tries can succeed?*, a resposta da grande maioria foi um enfático *sim*, não deixando restar dúvida sobre a centralidade do princípio do mérito estruturando toda a mentalidade empresarial.

Quando questionados sobre qual seria o maior problema da sociedade brasileira, a maioria das respostas apontou para *problemas na educação, corrupção, desigualdade e violência*. Essa questão também é bastante significativa, pois as respostas resumem bem como a elite empresarial vê a sociedade brasileira de cima para baixo, quase nunca consciente das razões de nossa desigualdade estrutural. Nesse sentido, a questão da educação surge de maneira abstrata, sob o signo da igualdade de oportunidades, como se todas as pessoas tivessem as mesmas condições de usufruir as oportunidades objetivas oferecidas pelo mercado ou pelo Estado. Assim, vale ressaltar que este não é um tipo de racismo *ativo*, ou explícito, no qual se atribui diretamente algum tipo de estigma aos grupos racializados. Mais sutil do que isso, trata-se de uma espécie de racismo *passivo*, implícito, que, ao mesmo tempo racial, de classe e institucional, consiste em ignorar, conscientemente ou não, as razões que impedem os grupos historicamente prejudicados de usufruírem produtivamente das igualdades de oportunidade.

Sobre a questão da corrupção, também bastante emblemática por estar em voga no imaginário brasileiro recente, a maioria das

¹⁰ Não seria possível reproduzir aqui todo o resultado da pesquisa, que se encontra em Maciel (2022).

¹¹ Para uma análise séria sobre o tema, ver Krein (2018).

respostas reproduziu os clichês naturalizados na mídia e na esfera pública brasileira atual, culpando o Estado por todas as mazelas da sociedade e novamente poupando o mercado de qualquer responsabilidade. Não poderia ser diferente, diante do conteúdo geral das respostas que vimos acima. Com isso, ignora-se o pacto antipopular da elite com a classe média brasileira na conjuntura que levou ao golpe de Estado e a chegada da extrema direita ao poder, segundo interpretação de Jessé Souza (2016).

Sobre as questões da desigualdade e da violência, que em boa medida se conjugam, fica também bem nítida a visão de mundo elitista e indigna dos segmentos empresariais brasileiros. A desigualdade no fim das contas é sempre uma questão de mérito e, na melhor das hipóteses, de ausência de oportunidades, em que normalmente se culpa o Estado. No caso da violência, uma visão punitiva de mundo é reproduzida, em boa parte das respostas, não tematizando-se sua origem na profunda desigualdade estrutural brasileira, que já pune desde o início pobres e negros, ou seja, nossa *sub-raça-classe* historicamente indigna. Não por acaso, para muitos executivos, a saída para o problema da violência é o aumento da punição, com construção de mais presídios, fortalecimento de leis etc., reproduzindo assim uma mentalidade autoritária e racista sobre a sociedade brasileira.

CONCLUSÃO – AUTORITARISMO E RACISMO COMO DESPREZO PELA INDIGNIDADE ESTRUTURAL

No geral, pudemos ver que a maioria dos executivos, bem como uma certa literatura consumida por eles, reproduzem, em grande medida, uma mentalidade que estamos definindo como ultrameritocrática. Além do conhecido conteúdo da meritocracia, ou seja, aquele que exige dos indivíduos o máximo de seu empenho e acredita que somente isso pode levar ao sucesso individual, ignorando-se o ponto de

partida diferenciado das pessoas, identificamos também um conteúdo sistematicamente autoritário e racista nessa mentalidade.

Trata-se de um autoritarismo, na medida em que se espera de todas as pessoas um desempenho que é possível apenas àqueles que foram treinados e que tiveram as melhores chances de vida, o que não se compreende sem uma noção de *habitus*, enquanto conjunto de disposições e habilidades para a ação, que tomamos emprestada de Pierre Bourdieu (2007). No caso específico dos *managers*, definimos como um *habitus* corporativo o seu conjunto de capacidades e habilidades individuais favoráveis para um bom desempenho em posições de liderança no mercado, o que em grande medida foi adquirido em sua história de vida, considerando que os pais de muitos deles foram também empresários ou profissionais liberais bem-sucedidos no mercado.

Também pudemos identificar, entre esses executivos, um forte teor de racismo multidimensional, sendo este articuladamente racial, de classe e institucional, o que pode ser visto não apenas em várias opiniões sobre algumas das questões mais relevantes da esfera pública brasileira atual, mas também em situações concretas, identificadas ao longo da pesquisa, nas quais as portas se fecham ou se afunilam consideravelmente para pessoas negras. Além disso, as pessoas negras em posições de liderança que estudamos precisaram, em grande medida, reproduzir, internalizar e até mesmo defender os ideais meritocráticos que reproduzem na prática uma condição de superioridade branca no interior das grandes empresas.

Por fim, o que foi o objetivo central deste artigo, pudemos compreender que essa ultrameritocracia autoritária e racista acaba por reproduzir uma visão indigna de mundo e da sociedade brasileira, bem como naturalizar e legitimar os imperativos objetivos e subjetivos de um capitalismo que temos definido como indigno, no sentido de naturalizar o desvalor da vida humana como um todo e especialmente da vida das classes populares. Em suma, ao

invés de se indignar com a profundidade da indignidade estrutural brasileira, a maioria de nossos executivos parece estar muito mais preocupada com a reprodução e legitimação do mundo ultrameritocrático que constroem e defendem sistematicamente, o qual mantém intactos seus privilégios de classe.

Recebido para avaliação em 5 de abril de 2024
Aceito para publicação em 20 de agosto de 2024

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BECK, U. *Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- BECK, U. *Schöne neue Arbeitswelt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRAGA, R. *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, R. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BURAWOY, M. Caminhar em duas pernas: o marxismo negro e o cânon sociológico. In: ESTANQUE, E.; BARBOSA, A. S.; MACIEL, F. (org.). *Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul: trabalho e desigualdades no capitalismo pós-covid*. São Paulo: EdUNESP, 2024. p. 49-76.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu, 2020.
- CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DÖRRE, K. In der Warteschlange. Rassismus, völkischer Populismus und die Arbeiterfrage. In: BECKER, K.; DÖRRE, K.; REIF-SPIREK, P. (org.). *Arbeiterbewegung von Rechts? Ungleichheit – Verteilungskämpfe – populistische Revolte*. Frankfurt: Campus, 2018.
- DÖRRE, K. *Teorema da expropriação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DUARTE, G.; MACIEL, F. Formação ou habitus de classe? A qualificação social dos executivos. In: MACIEL, F. (org.). *A ficção meritocrática: executivos brasileiros e o novo capitalismo*. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2022. *E-book*. p. 101-126.
- ESTANQUE, E. *Classe média e lutas sociais: ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2004.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GORZ, A. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- HEITMEYER, W. Nationalradikalismus. Ein neuer politischer Erfolgstypus zwischen konservativen Rechtspopulismus und gewaltförmigem Rechtsextremismus. In: BECKER, K.; DÖRRE, K.; REIF-SPIREK, P. (Hg.). *Arbeiterbewegung von Rechts? Ungleichheit – Verteilungskämpfe – populistische Revolte*. Frankfurt: Campus, 2018.
- HOCHSCHILD, A. R. Warum Trump? Fremd in ihren Land: Interview mit Arlie Russel Hochschild. In: BECKER, K.; DÖRRE, K.; REIF-SPIREK, P. (Hg.). *Arbeiterbewegung von Rechts? Ungleichheit – Verteilungskämpfe – populistische Revolte*. Frankfurt: Campus, 2018.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HONNETH, A. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.
- MACIEL, F. *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
- MACIEL, F. Capitalismo indigno: do estado de bem-estar à ascensão da extrema-direita. In: ESTANQUE, E.; BARBOSA, A. S.; MACIEL, F. (org.). *Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul: trabalho e desigualdades no capitalismo pós-covid*. São Paulo: EdUNESP, 2024. p. 163-188.
- MACIEL, F. (org.). *A ficção meritocrática: executivos brasileiros e o novo capitalismo*. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2022. *E-book*.
- MACIEL, F. *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- MILLS, C. W. *A elite do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MILLS, C. W. *A nova classe média*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- NABUCO, J. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OFFE, C. *Disorganised capitalism*. New Jersey: Blackwell Publishers, 1991.
- PASSOS, C.; MACIEL, F. Mérito e desigualdade: a apropriação da emancipação racial nas grandes corporações através da percepção de lideranças negras. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, Guarulhos, v. 59, n. 2, maio/ago. 2023.

PASSOS, C.; MACIEL, F. Rachel Maia é a regra do jogo: capitalismo e racismo no Brasil atual. In: MACIEL, F. (org.). *A ficção meritocrática: executivos brasileiros e o novo capitalismo*. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2022. E-book. p. 59-74.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, J. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, D. F.: Ed. UnB, 2000.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2009.

STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Fabício Maciel – Conceitualização, aquisição de financiamento (CNPq e FAPERJ), investigação, metodologia, administração do projeto, validação, visualização, supervisão, escrita - esboço original, escrita – revisão e edição.

Fabício Maciel – Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* Campos. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Jovem Cientista do Nosso Estado, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Professor visitante na Universidade de Jena, Alemanha, 2022. Editor regional da revista *Global Dialogue*, da International Sociological Association (ISA), responsável pela edição em português.

**UNDIGNIFIED CAPITALISM,
AUTHORITARIANISM AND RACISM: about the
brazilian business elite**

Fabício Maciel

In this article, I try to show how a new type of undignified, authoritarian and racist capitalism has been structured on a global scale since the 1970s. To do this, in the first part, I draw on the work of some of the leading analysts of capitalism in the North Atlantic, such as Claus Offe, André Gorz, Ulrich Beck and Robert Castel. In the second part, I try to show how, to a large extent, capitalism has always been undignified in Brazil, which can be seen in the work of authors such as Joaquim Nabuco, Florestan Fernandes and Jessé Souza. Finally, based on empirical research that we carried out with executives in the state of Rio de Janeiro, we will see how this business elite reproduces, in its authoritarian and racist worldview on various aspects of Brazilian society, this type of capitalism that we are defining as undignified, that is, which tends to naturalize the devaluation of human life as a whole, and especially with regard to the working classes.

KEYWORDS: Undignified capitalism. Authoritarianism. Racism. Executives. Social classes.

**CAPITALISME INDIGNE, AUTORITARISME ET
RACISME: sur l'élite brésilienne des affaires**

Fabício Maciel

Dans cet article, je tente de montrer comment un nouveau type de capitalisme indigne, autoritaire et raciste s'est structuré à l'échelle mondiale depuis les années 1970. Pour ce faire, dans une première partie, je m'appuie sur les travaux de certains des principaux analystes du capitalisme dans l'Atlantique Nord, tels que Claus Offe, André Gorz, Ulrich Beck et Robert Castel. Dans la deuxième partie, j'essaie de montrer comment, dans une large mesure, le capitalisme a toujours été indigne au Brésil, ce qui peut être constaté dans les travaux d'auteurs tels que Joaquim Nabuco, Florestan Fernandes et Jessé Souza. Enfin, à partir d'une recherche empirique que nous avons menée auprès de cadres de l'État de Rio de Janeiro, nous verrons comment cette élite patronale reproduit, dans sa vision autoritaire et raciste du monde sur divers aspects de la société brésilienne, ce type de capitalisme que nous définissons comme indigne, c'est-à-dire qui tend à naturaliser la dévalorisation de la vie humaine dans son ensemble, et en particulier à l'égard des classes laborieuses.

MOTS CLÉS: Capitalisme indigne. Autoritarisme. Racisme. Cadres. Classes sociales.